

Resenha do livro:

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2007. pp. 224.

Resenha por César de Alencar Arnaut de Toledo¹ e Adriana Salvaterra Pasquini²

O Liberalismo e suas implicações no debate educacional

Os organizadores desse livro são os professores José Claudinei Lombardi e José Luís Sanfelice. José Claudinei Lombardi é doutor em educação pela UNICAMP, atualmente é professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Desenvolve a função de coordenador executivo do grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). José Luís Sanfelice é doutor em Filosofia e História da Educação pela PUC-SP. É professor livre-docente do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Ele também faz parte do Grupo HISTEDBR.

O livro **Liberalismo e Educação em Debate** é o resultado de um conjunto de atividades realizadas no Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp, desenvolvidas pelo grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR, durante os anos de 2001 e 2002. A coletânea de textos sobre o tema liberalismo e educação decorreu das conferências realizadas mensalmente no evento “Comunicações em História da Educação”, com a participação de diferentes conferencistas convidados para a discussão do tema. Na apresentação, os organizadores da obra explicitam as diretrizes a serem observadas pelo leitor, alertando sobre a diversidade conceitual do termo liberalismo bem como as matrizes teóricas assumidas por cada participante da coletânea. O objetivo da obra é fornecer elementos que instiguem o debate sobre educação e liberalismo partindo do pressuposto de que há uma estreita relação entre o liberalismo, nas suas mais diversas definições, com os paradigmas educacionais. Desse modo, buscando alcançar o seu objetivo, a obra está estruturada em oito capítulos assim distribuídos: capítulo 1 “O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa”; capítulo 2 “O liberalismo e a produção da escola pública moderna”; capítulo 3 “O liberalismo clássico e a valorização do ensino privado”; capítulo 4 “O liberalismo e a invenção da tradição”; capítulo 5 “O longo período do esgarçamento do pacto social liberal: breves considerações”; capítulo 6 “Neoliberalismo: Equívocos e conseqüências”; capítulo 7 “O projeto neoliberal de sociedade e de educação: um aprofundamento do liberalismo” e, concluindo a obra, o capítulo 8 “Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa”.

No capítulo 1, o texto “O liberalismo na política, economia e suas implicações para a educação: uma defesa”, escrito por Eduardo O. C. Chaves, o autor explicita claramente sua defesa ao liberalismo como sendo uma filosofia política que se fundamenta na liberdade individual como bem maior e que deve ser respeitada por todos. Segundo o autor para a ratificação dos direitos do indivíduo criou-se o Estado, que tem como função principal, garantir a governabilidade através do cumprimento de uma constituição liberal. O autor enfatiza que a defesa do liberalismo apresentada é a de visão pessoal, construída ao longo de anos. Em relação à educação defende a idéia de que ela deve ter caráter

¹ Doutor em Educação pela UNICAMP (1996). Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR. Direção Eletrônica: caatoledo@uem.br

² Especialista em Pesquisa Educacional e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR. Direção Eletrônica: adrianapasquini@hotmail.com

facultativo e não obrigatório, sendo um bem pago e sem intervenção do Estado, entre outros. Finalizando o texto, após realizar a comparação do liberalismo com diferentes concepções teóricas, Chaves faz apologia ao termo revolucionário atribuído como principal característica do liberalismo.

Gilberto Luiz Alves, é o autor do capítulo 2, “O liberalismo e a produção da escola pública moderna”. Alves explicita no texto a necessidade de compreendermos os engendramentos que perpassam o processo de produção da escola pública na modernidade. Primeiramente o autor explicita o contexto histórico do século XVII, quando surgiu pela primeira vez uma proposta educacional com a preocupação centrada no “ensinar tudo a todos”, influenciada pela reforma protestante. Num segundo momento destaca-se a discussão sobre a necessidade de compreendermos, de modo contextual, o conteúdo burguês desses movimentos históricos relacionando-os com a separação escolar nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas no século XIX.

Em seguida evidenciam-se no texto, as atuais funções que a escola vem assumindo, devido às transformações da sociedade e que acarretariam conseqüentemente, na superação da escola moderna, de educação intelectual por uma escola pautada no desenvolvimento integral das crianças e jovens, com o fim de assegurar condições para superação das dificuldades apresentadas pela criação de diversos recursos na organização do ambiente e do trabalho pedagógico, atendo-se às necessidades do indivíduo, nos âmbitos da cultura, do esporte, da saúde e do lazer. São algumas mudanças que o autor defende para a instituição escolar, mantendo seus princípios históricos: Pública, Universal, Gratuita, Obrigatória, Laica e Única, respondendo assim, com criticidade às necessidades sociais próprias à nossa época.

O capítulo 3, “O liberalismo clássico e a valorização do ensino privado”, escrito por Luiz Carlos Santana, traz algumas reflexões sobre um conjunto de teses interdependentes que contribuem para a análise da educação e do ensino privado no âmbito do liberalismo clássico, por ele apresentadas em pesquisa para o doutorado. As teses foram unificadas em categorias, que são fundamentais para o interesse do capital: o individualismo, a propriedade privada e o Estado também privado; a privatização tem se justificado enquanto instrumento de recomposição e manutenção dos elementos que constituem o liberalismo, bem como é condição da manutenção da ordem capitalista; não há economia que não traga em seu bojo uma economia da educação e do ensino, sendo assim, o ensino privado é uma conseqüência provável e constituiu a regra ou opção principal, ao passo que o ensino público, a exceção, ou, opção secundária, como algo acessório. Segundo o autor, o liberalismo se constitui na ideologia que justifica e racionaliza os interesses do Capital servindo desse modo, como sustentáculo da organização das sociedades capitalistas. Tendo Adam Smith como referência para a análise do liberalismo clássico, Santana explicita o conceito de educação que Smith representa, pautado na defesa privatista e na defesa de uma educação dualista: para a “elite” ensino das ciências (conhecimento erudito) e para “as pessoas comuns”, ensino mínimo. A análise de um autor clássico como Adam Smith possibilita afirmar que o uso político que o Estado da educação pode torná-la um instrumento de defesa e de manutenção dos interesses estabelecidos.

No capítulo 4, “O liberalismo e a invenção da tradição”, por Edmundo Fernandes Dias, o autor evidencia a forma clássica utilizada pela burguesia de ler o passado a partir do presente com o objetivo de legitimar as relações vistas como naturais e insuperáveis e que já fora inaugurada pelos gregos com a invenção do *mito fundador* e que nada tem de novo. Os liberais idealizaram o capitalismo como expressão completa da natureza humana, legitimando o seu modo de produção material tendo como modelo para o homem burguês o homem econômico, tornando toda a história da sociedade em história do mercado. E toda

a lei da vida social passou a ser considerada como inquestionável e perene. Finalmente o autor recorre teoricamente aos pensamentos de Marx e de Gramsci, por entender que as categorias econômicas como produções da prática capitalista não podem ser compreendidas fora dos movimentos assumidos e historicamente construídos pelo homem.

No capítulo 5, que João dos Reis Silva Júnior intitula “O longo período do esgarçamento do pacto social liberal: breves considerações” apresenta a produção literária de alguns intelectuais relacionando-os com o movimento da história dos homens, buscando o entendimento da educação na sociedade contemporânea. Partindo de John Locke, como representante do liberalismo clássico, para o período seguinte, do macroacordo social do Estado de bem-estar social, pelas obras de Francisco de Oliveira e de Lauro Campos e finalmente a produção teórica de Friedrich Hayek e de Milton Friedman, que estabeleceram os fundamentos para desvelar o momento atual do capitalismo, o autor propõe uma reflexão acerca dos processos de reprodução frente à aguda crise do processo civilizatório da modernidade e, conseqüentemente, de suas esferas fundantes.

O capítulo 6 intitulado “Neoliberalismo: equívocos e conseqüências” escrito por Paulino José Orso, traz algumas reflexões sobre o surgimento, sobre o desenvolvimento e sobre as mudanças ocorridas com o Liberalismo, compreendido na totalidade de relações que produzem novas realidades continuamente. Inicialmente Orso focaliza o período do *laissez-faire* e da intervenção estatal. Superada a fase revolucionária o mundo capitalista mergulhou em profunda crise (1920-1930), enquanto isso, formou-se o bloco socialista, como resultado da Revolução Russa, apresentando-se como uma diferente possibilidade de organização social. Diante desse contexto o autor apresenta as mudanças propostas por John Maynard Keynes, chamadas de Políticas Keynesianas, que marcaram o afastamento do liberalismo da economia clássica inglesa e do *laissez-faire*, aproximando-o do intervencionismo. Orso contrapõe-se a todas as formas de liberalismo e afirma ainda não encontrar justificativa para a denominação “Neoliberal”, assumida na fase atual.

O capítulo 7, de autoria de Adriana Almeida Sales de Melo é intitulado “O projeto Neoliberal de sociedade e de educação: um aprofundamento do liberalismo”. A autora discute a implementação e a consolidação de um projeto Neoliberal de Sociedade e Educação no Brasil a partir do início da década de 1990. Salienta ainda que, já na década de 1980, a sociedade brasileira dispunha de grupos políticos que disputavam a hegemonia sobre a política na nação, e se estruturaram em duas principais tendências: a defesa de um projeto liberal-corporativo, ou neoliberal, de um lado, e, por outro, um projeto democrático de massas com uma visão de educação dela decorrente. A autora realiza a análise do projeto Neoliberal tomando o Liberalismo, desde sua origem e reportando-se ao pensamento de Adam Smith, relacionando-o com as transformações revolucionárias do século XVIII. Com a consolidação de uma nova organização da sociedade, desenvolveu-se também, uma classe que lutaria contra a hegemonia social da burguesia, o proletariado. Cumpre ressaltar que o foco de discussão da autora são as transformações ocorridas no Liberalismo nas primeiras décadas do século XX. Para isso, as fontes utilizadas são os pensamentos de Friedrich Hayek e Milton Friedman, autores que retomam e renovam os princípios do liberalismo clássico. Concluindo o texto a autora lança uma breve reflexão sobre como um projeto tão conservador se traduz num ideário e discurso pretensamente progressista, principalmente na esfera educacional.

Finalmente, o capítulo 8 “Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa”, de Lúcia Maria Wanderley Neves, apresenta os pressupostos teórico-metodológicos que reúnem as contribuições de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, em relação à Teoria do Estado, na perspectiva marxista bem como o pensamento de Carlos Nelson Coutinho quanto à relação entre democracia e socialismo no Brasil e no mundo contemporâneo. Para

a autora, a proposta neoliberal de educação é a proposta da burguesia e de seus aliados, formulada e incentivada pelos organismos internacionais, difundidas e implementadas na sociedade por inúmeras organizações de diferentes instituições. Ela enfatiza ainda, a luta pela consolidação de uma proposta democrática de massas, de educação, sendo este um apelo de amplos segmentos da classe trabalhadora e que dependerão dos embates políticos a serem realizados, de modo específico, neste início do século XXI buscando através da produção do conhecimento, indicar a consolidação de uma educação revolucionária de fato.

O grande mérito do livro é o fato de encarar uma discussão que parece superada e nada atraente e trazer ao grande público uma atualização de debates sobre o tema do liberalismo (e também do neoliberalismo), sempre relacionados à educação. Mais uma vez vemos afirmada a premente necessidade que temos nós, pesquisadores da área de educação, de voltarmos nossas atenções com mais cuidado, para os autores clássicos. Esse procedimento só vem fortalecer as discussões acadêmicas na área.

A Editora Autores Associados e o Grupo HISTEDBR prestam assim, um excelente serviço aos educadores brasileiros ao disponibilizar ao grande público esse conjunto de textos que congregam leituras diferentes da realidade.